

São Cristovão-SE/Brasil  
21 a 23 de setembro de 2011

# V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



ISSN 1982-3657

## **A REPRESENTAÇÃO DOS TÉCNICOS DO CREAS MARIA PUREZA SOBRE A REEDUCAÇÃO DO AUTOR DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Camila Monteiro da Silva Almeida<sup>1</sup>

Maria Helena Santana Cruz<sup>2</sup>

Educação, Sociedade e Práticas Educativas

### **RESUMO**

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de conclusão de curso acerca da reeducação/recuperação/ressocialização dos autores de violência contra a mulher atendidos pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS Maria Pureza, situado em Aracaju/SE. As abordagens explicitam a representação dos técnicos e coordenação do CREAS Maria Pureza sobre a violência contra a mulher e as ações para a reeducação do autor de agressão, considerando a complexidade das relações sociais em que está inserido o usuário que cometeu violência. Essa investigação utilizou-se da pesquisa qualitativa, onde as informações foram colhidas através de entrevistas com cinco profissionais da instituição. Este estudo tem o objetivo de demonstrar a importância do fortalecimento das ações educativas com os envolvidos em violência doméstica contra a mulher

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Violência. Reeducação.

### **ABSTRACT**

This article presents the preliminary results of a survey of completion on the rehabilitation / restoration / rehabilitation of perpetrators of violence against women assisted by the Center for Social Assistance Specialized Reference - Pureza CREAS Maria, located in Aracaju / SE. The approaches an explicit representation of the technical and coordination of Maria Pureza CREAS on violence against women and actions for the rehabilitation of the author of aggression, given the complexity of social relations in which is inserted the user who committed violence. This research made use of qualitative research, where the information was collected through interviews with five professionals from the institution. This study aims to demonstrate the importance of strengthening educational activities with those involved in domestic violence against women.

**KEY WORDS:** Gender. Violence. Reeducation.

## INTRODUÇÃO

Tratar o tema da violência com recorte de gênero constitui um desafio de trazer a centralidade do tema para o interior do debate nas diversas esferas da sociedade (no âmbito acadêmico segundo diferentes tradições disciplinares). A reflexão sobre a temática da violência focaliza algumas formas de sua manifestação particularizando a violência contra a mulher, sem a preocupação imediata de estabelecer consensos, mas despertar interesse e respostas para a questão social contemporânea, somando-se a iniciativas mais variadas, nos mais distintos planos da vida social.

A questão da violência (antes sempre praticada, mas freqüentemente omitida e travestida), bem como seu encaminhamento, ganha mais importância no momento de se traçarem estratégias de integração sociocultural e política tanto internas no país, quanto externas. Nesse contexto, ao mesmo tempo, é cada vez mais visível a pressão dos movimentos sociais organizados – ou melhor, das várias formas de movimento social organizado em função das várias lutas pelas mais variadas formas de cidadania – no sentido de cobrar das autoridades constituídas a formulação, por exemplo, de políticas públicas democráticas e eficientes no campo da segurança.

Esta pesquisa visa compreender o processo de reeducação/ressocialização dos autores de violência contra a mulher, a partir da visão dos técnicos do CREAS Maria Pureza que atendem a esses usuários através de atendimento psicossocial.

A ordem patriarcal constitui a base das representações de gênero que legitimam a dominação masculina internalizada por homens e mulheres, a qual, por sua vez, exerce uma “dominação simbólica” sobre todo o tecido social, corpos e mentes, discursos e práticas sociais e, institucionais, ‘des-historicizando’ diferenças e naturalizando desigualdades entre homens e mulheres (BOURDIEU, 1999).

De acordo com Neto,

[...] tanto as mulheres quanto os homens manifestam tendências às idéias preconceituosas a respeito da condição feminina no Brasil. Elas refletem o esquema de dominação social, isto é, a relação opressor/oprimido, que tem suas raízes no sistema patriarcal tradicional brasileiro, onde o senhor era o dono absoluto de seus escravos, sua mulher sua descendência. (NETO, 1980, p.16)

A violência doméstica nas relações interpessoais, em especial no casamento e na família, provavelmente é um dos motivos que leva grande número de pessoas a buscar ajuda tanto em serviços de saúde e de psicologia quanto em instituições jurídicas e policiais. A

complexidade da violência doméstica nos coloca diante da responsabilidade de refletir criticamente sobre o tema no intuito de buscar caminhos e lidar com esse processo.

Este estudo tem a pretensão de desvendar as representações dos profissionais que trabalham diretamente com o processo de reeducação proposto pela Lei Maria da Penha. Nessa perspectiva, foram pensados alguns *questionamentos*: Como os técnicos concebem e representam o processo de reeducação realizado pelo (CREAS) Maria Pureza? Quais os avanços e barreiras para a qualidade dos serviços na instituição? Como se mantém a relação entre agressor e vítima? Qual a contribuição da família para a reeducação/ressocialização do agressor? O homem denunciado por violência contra a mulher se reconhece como um agressor? Qual a contribuição da lei Maria da Penha para a redução da violência?

Segundo Vinagre (1992) a representação é uma totalidade complexa e contraditória de idéias, valores, sentimentos, discursos e práticas frente a algum fenômeno. Essa representação deve ser construída a partir de fragmentos, onde as falas e práticas dos sujeitos sociais podem ser constituídas como um objeto de estudo e representar sujeitos coletivos, considerando a categoria social a qual esses indivíduos pertencem.

A pesquisa orienta-se por objetivos, possuindo como *objetivo geral*:

- Aprender a representação dos profissionais envolvidos na prestação de serviços ao autor de agressão sobre como a reeducação/recuperação pode contribuir para o cessamento da violência nas relações afetivas do usuário.

Têm-se como *objetivos específicos*:

- Identificar e analisar os impactos sociais e psicológicos gerados pela violência, no âmbito, das relações pessoais do agressor;
- Identificar e analisar a contribuição do atendimento psicossocial para a reeducação dos agressores, na visão dos usuários e profissionais;
- Identificar e analisar os avanços e barreiras no atendimento psicossocial ao autor de agressão realizado no CREAS Maria Pureza, na ótica dos profissionais da instituição.

Este estudo corresponde ao interesse pessoal da pesquisadora, que a partir da observação da incidência da violência contra a mulher nos diversos lares brasileiros e da constatação em seu lar, de como a violência contra a mulher é muitas vezes silenciada e omitida pelos sujeitos envolvidos, o agressor, a vítima e seus familiares. Esse interesse levou à pesquisadora a inserir-se no equipamento social, cenário da pesquisa, através do estágio curricular supervisionado que permitiu um maior aprofundamento da dinâmica da instituição.

A pesquisa apresenta relevância social e científica, ao observar lacunas na produção do conhecimento sobre as representações da reeducação dos autores de violência contra a mulher no Brasil, e daqueles atendidos pelo CREAS Maria Pureza, em Aracaju/SE,

Diante das contradições pertinentes na relação de gênero, considera-se que o Assistente Social é um profissional que atua em diversos campos ocupacionais buscando efetivar direitos sociais em defesa dos seus usuários, portanto, ele também está inserido nas políticas públicas de enfrentamento as diferenças de gênero, como também nas políticas de enfrentamento a violência doméstica. Com isso, percebemos a importância da contribuição desta pesquisa para o âmbito do Serviço Social, à medida que, este trabalho buscará dá fundamentos ao trabalho do Assistente Social com os agressores de violência doméstica atendidos pela rede de serviços de reeducação/recuperação, oferecida pelo Estado.

Na investigação científica torna-se fundamental a elaboração de hipóteses, as quais podemos considerar como supostas e prováveis respostas ao problema. Segundo Goldenberg,

*Hipóteses* são afirmações provisórias a respeito de determinado fenômeno em estudo. Uma hipótese é uma suposição duvidosa, algo provável que poderá ser posteriormente confirmada ou rejeitada. É necessário que as hipóteses sejam claras estejam relacionadas com os fenômenos concretos que se pretende estudar e com a teoria. As hipóteses podem ser criadas a partir dos resultados de outros estudos. (GOLDENBERG, 2007, p.79)

Neste sentido foram elaboradas algumas *hipóteses*:

- A agressão contra a mulher é um problema social constante na sociedade brasileira e atinge as diversas classes sociais, independente de cor, raça, idade ou religião. Portanto, a violência contra a mulher é um problema público e não privado.
- Geralmente, a maioria dos agressores mantém uma relação afetiva com a vítima e mesmo após a denúncia de agressão, há uma continuidade nos relacionamentos afetivos dos atores envolvidos.
- A ressocialização dos agressores é necessária, para que se evite a reincidência da agressão e para que este perceba as conseqüências que a agressão causa na relação, na sociedade e na sua vida pessoal

Utilizamos uma *metodologia* que contribua precisamente para a compreensão da problemática em questão, a partir de uma leitura crítica da realidade. Portanto, priorizou-se a utilização de uma metodologia que permita conhecer e analisar o que está interpenetrado nas diferenças de gênero e conseqüentemente nas relações de violência entre o homem e a mulher, assim utilizaremos o método dialético, que conforme Gil (2008, p.14) “a dialética fornece as

bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.”.

O campo empírico da pesquisa é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social Maria Pureza, inaugurado em março de 2009, está localizado na Travessa Canaã, S/N, Bairro Pereira Lobo, Aracaju/Sergipe. A instituição está inserida na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC de Aracaju, sendo esta um Centro de Referência Especializado da Assistência Social que atende idosos e pessoas com deficiência que tiverem seus direitos violados, e os autores de agressão de violência doméstica.

De acordo com os objetivos desse estudo, utilizar-se-á a pesquisa qualitativa. Segundo Triviños (2002) este tipo de pesquisa tem por objetivo aprimorar as idéias e proporcionar maior familiaridade com o problema, com intenção de torná-lo mais conhecido.

[...] parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as conseqüências que terão para a vida humana. (TRIVIÑOS, 2008, p.129)

A opção metodológica recaiu sobre o *estudo de caso*, entendido por Yin (2005) como uma investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando este fenômeno e o contexto não estão definidos claramente.

O trabalho em campo se desenvolverá, durante a realização da pesquisa com base na consulta a diferentes fontes de coletas de dados para a produção do conhecimento sobre este estudo:

- a) *Revisão da literatura*, consulta a autores que teorizam sobre o objeto da pesquisa e contribuem para um melhor aprofundamento teórico sobre o tema investigado.
- b) *Dados Estatísticos* extraídos de sites especializados sobre as questões de gênero e violência doméstica.
- c) *Entrevistas<sup>3</sup> semi-estruturadas*, realizadas com os profissionais (assistentes sociais, psicólogas e coordenadora) da instituição, escolhidos intencionalmente<sup>4</sup>. A entrevista semi-estruturada segundo Triviños (2007) é aquela que parte de questionamentos, apoiados em teorias e hipóteses, mas que dá abertura para novos questionamentos e produção de novas hipóteses, a partir das respostas do entrevistado.

Após a coleta de dados, realizar-se-á, a sistematização e organização dos dados para uma melhor compreensão dos mesmos. Em seguida, a análise e interpretação de dados, considerando que,

Estes dois processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados. A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 2008, p. 156)

Com relação, a análise de conteúdo, Triviños (2008), apóia-se no conceito elaborado por Bardin, que relata que, a análise de conteúdo é,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. (BARDIN, 1977 apud TRIVIÑOS, 2008, p. 160)

Com a análise e interpretação de dados, apresentamos como o processo de reeducação oferecido pelo CREAS Maria Pureza, contribui para os autores de agressão superar e repensar as consequências geradas pelo uso da violência.

A violência é um fenômeno histórico que está presente em todas as sociedades. Diante disso, há uma busca constante do ser humano em compreender a complexidade desse fenômeno, sua origem, suas motivações, seus implicantes e toda a questão cultural que perpassa, a fim de prevenir e eliminar toda e qualquer forma de violência.

Conforme Michaud, (1973, p.05 apud FALEIROS, 2004, p.87) a violência é “uma ação direta ou indireta, concentrada ou distribuída, destinada a prejudicar uma pessoa ou a destruí-la, seja em sua integridade física ou psíquica, seja em suas posses, seja em suas participações simbólicas”.

A violência nesse sentido é vista como um ato que pode ser usado diretamente, através da agressão física e sexual, como também pode ser um ato indireto, através da violência psicológica, verbal e negligência, que vise comprometer a vida de uma pessoa.

A Lei Maria da Penha tipifica e define o aspecto da violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo as formas de agressão como: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A violência física e sexual, normalmente são apontadas como os mais graves tipos de violência e são os casos que possuem mais registros de ocorrências, pois estas podem ser comprovada através do exame de corpo delito. No entanto, é importante lembrar que, além dessas formas recorrentes de violência, a violência psicológica, moral e patrimonial ocorrem multifacetadas no dia-a-dia dos relacionamentos.

## **A REPRESENTAÇÃO DOS TÉCNICOS SOBRE A REEDUCAÇÃO DO AUTOR DE AGRESSÃO CONTRA A MULHER**

As entrevistas com os profissionais foram aplicadas individualmente, no período de abril de 2011, tempo oportuno para a coleta de dados. Como instrumento para obtenção desses dados, foi utilizado um roteiro com o intuito de conhecer e a noção de violência doméstica; o grau de relação que o agressor possui com sua vítima; como é visualizada a contribuição da família nesse processo de reeducação vivenciado pelo agressor; como analisam os episódios de violência após a Lei Maria da Penha; como é realizado o atendimento ao usuário (autor de agressão); quais as contribuições da instituição para os usuários do atendimento psicossocial ao autor de violência doméstica; quais os avanços e barreiras no atendimento aos autores de agressão; como é realizado o trabalho interdisciplinar na aplicação do serviço; e que sugestões apresentam para a melhoria das ações vinculadas a violência doméstica.

Foram selecionados, os seguintes profissionais da equipe técnica: duas assistentes sociais, duas psicólogas e a coordenadora. Dessas profissionais, três desenvolvem o serviço desde abril de 2010, devido à inserção das mesmas na Secretária de Assistência Social e Cidadania – SEMASC de Aracaju, através do 1º concurso público da assistência social deste município, realizado nesse período. Para tanto, as profissionais foram identificadas de acordo com a função exercida na instituição, com a numeração 1 e 2, para caracterizar os depoimentos dos distintos profissionais que exercem a mesma função.

Para compreender a ótica das profissionais da equipe técnica (psicólogas, assistentes sociais e coordenadora) sobre a noção de violência doméstica, foram colhidos tais depoimentos:

“A violência doméstica é caracterizada por qualquer ação ou conduta que vise causar algum dano a outra pessoa. A violência doméstica pode ser manifestada mediante sofrimento físico, psicológico, sexual, contudo vale ressaltar que existem outras formas de violência, como por exemplo, a violência moral e a patrimonial.” (Assistente Social 1)

“Violência doméstica é qualquer ato que seja cometido por uma pessoa, que cause danos, podendo ser físico, psicológico, financeiro, dentro do ambiente familiar, [...] às vezes a gente fala da violência doméstica como se fosse violência contra a mulher, homem e mulher, o casal, [...] a questão civil, casou e cometeu a violência. Mas a violência doméstica ocorre também entre pai e filho, mãe e filho, filhos e avós, tudo no âmbito familiar, [...] consanguínea, afetiva, estando no âmbito familiar é violência doméstica.” (Coordenadora)

É notável através das falas que a visão sobre violência doméstica é uniforme entre as profissionais, à medida que, compreende-se a violência doméstica como uma ação ocorrida no espaço doméstico que gera conseqüências e/ou danos aos envolvidos. Essa forma de violência ocorre normalmente, no âmbito familiar, no entanto, não apenas com aqueles que possuem um laço consanguíneo, mas também entre pessoas que mantêm uma relação afetiva. Essa violência apresenta diferentes tipos, como: a física, psicológica, sexual, moral, patrimonial e etc..

A violência privada, segundo Faleiros (2004) deve ser visualizada como um fenômeno societário complexo, que envolve as relações entre as forças sociais e políticas da sociedade, como também as relações familiares, sendo assim, não poder ser analisada como casos isolados, por culpa apenas do indivíduo, mas buscar situar em que contexto ele esta inserido, considerando que, o desemprego, a incerteza, fragilização da cidadania e dos laços sociais e comunitários contribuem para comportamentos desfavoráveis, resultado da frustração e da impotência, diante da luta pela sobrevivência.

Sobre a relação entre a vítima e o agressor, observamos que,

“Enquanto Assistente Social é difícil mensurar como se mantém a relação entre agressor e vítima. O que observo é que na maioria dos casos que atendo, a maioria mantém a relação conjugal com a companheira do fato ocorrido. E aqueles que não convivem mais, não mantêm nenhum tipo de contato com estas.” (Assistente Social 2)

“Dos agressores que atendemos, uma parte continua convivendo normalmente com a vítima e outra parte não apresenta mais nenhum contato com esta. Ainda tem alguns que necessitam manter um contato por conta dos filhos em comum.” (Psicóloga 2)

A percepção dos profissionais sobre essa relação entre a vítima e o agressor é reduzida devido a falta de contato dos mesmos com a vítima. Através do atendimento social e psicológico essa exposição da relação é relativa. Mas de acordo, com o exposto, visualizamos que a relação existente é de caráter afetivo. Na maioria dos casos há uma continuidade no relacionamento entre agressor e vítima. Em outras situações, o contato só existe devido a existência de filhos. E em outros casos há uma separação total dos envolvidos. Nessas situações, é considerada a violência contra a mulher na relação de casal, que são os casos mais recorrentes de agressão.

Sobre a contribuição da família nesse processo de reeducação do autor de agressão vivenciado no CREAS Maria Pureza, tivemos as presentes respostas:

“Até o presente momento não tive a oportunidade de visualizar a contribuição da família para uma reeducação do agressor. Acredito que em muitos casos a reeducação segundo os familiares, passa pela objetividade de prestação de serviço e acompanhamento no CREAS, para ficar livre desse problema.” (Assistente Social 1)

“Eu acho que a família é importante, e a família deveria ficar sabendo, mas o que acontece a maioria das vezes é que as pessoas que são agredidas escondem que está sendo agredida, nem fala pra família do agressor e nem fala pra família dela é como se tivesse camuflando, está tudo sempre bem. Aí aparece com manchas, com hematomas, às vezes quando não é física, fala só pelos cantos, mas não diz. E eu acho que era importante que a família soubesse, tivesse conhecimento pra que pudesse ajudar, [...] aquela história que diz: *briga de marido e mulher ninguém mete a colher*. [...] se a família tiver conhecimento, tiver alguém que possa orientar, que possa procurar um profissional que ajude, eu acredito que contribui para acabar com a agressão [...]” (Coordenadora)

É notável que para as profissionais, o atendimento ao autor de agressão não amplia a visão da participação/contribuição da família nesse processo de reeducação, devido à falta de contato com os familiares. Os mesmos apresentam análises pessoais a partir das entrelinhas apreendidas no decorrer do atendimento.

A violência é algo que acontece camuflado nos relacionamentos, e a família em geral não tem conhecimento sobre esses episódios, tanto a vítima como o agressor, esconde os conflitos presentes no relacionamento. E isso, é um fato preocupante, pois a família é uma instituição com função socializadora, que poderia contribuir para o fim da violência no relacionamento, buscando dá orientação aos mesmos e proporcionando apoio aos envolvidos.

Como aponta Vinagre (1992), o dito popular *roupa suja se lava em casa* ilustra a pretensão da ideologia dominante em não expor os fatos que ocorrem na instituição familiar, pois esta deve resguardar a sua imagem sagrada, intocável, intacta. A publicização desses fatos pode comprometer a reputação da família.

Com relação à frequência dos episódios de violência após a Lei Maria da Penha, as profissionais apresentaram as seguintes opiniões:

“Acredito que não. Os fatos de violência contra a mulher após a Lei Maria da Penha em sua maioria, tornaram-se mais divulgados na sociedade devido à lei, o que ajuda para que mais mulheres que sofrem violência denunciem. No entanto, devido a lei ser relativamente recente, não acredito que tenha havido diminuição da violência por conta da lei.” (Assistente Social 2)

“Acredito que com a diminuição da tolerância a esse tipo de violência, houve também uma diminuição nos episódios de violência contra a mulher.” (Psicóloga 2)

A Lei Maria da Penha é um instrumento importantíssimo para o combate a violência. O aumento de denúncias após a Lei demonstra a ruptura do medo e do silêncio de milhares de mulheres violentadas, que se apoderaram de coragem para denunciar os seus agressores. É notável a visibilidade da aplicação da Lei Maria da Penha em diversos casos de violência, no entanto, é necessária a consolidação das ações propostas por ela, como a educação, prevenção, proteção e reeducação dos envolvidos, a fim de se alcançar uma redução nos atos de violência.

No que diz respeito, ao atendimento prestado ao autor de agressão, as profissionais expõem tais respostas:

“O atendimento realizado pelo CREAS aos autores de agressão encaminhados pela VEMPA se dá da seguinte maneira: Quando o usuário chega ao CREAS é realizado o *acolhimento* que pode ser realizado pelo Assistente Social ou pelo psicólogo, depois é realizado o *atendimento social* realizado exclusivamente pelo Assistente Social e nesse momento será agendado o *atendimento psicológico*. Após a conclusão do atendimento psicológico, o usuário precisa participar da *palestra educativa* para assim finalizar o atendimento no CREAS.” (Assistente Social 2)

“A princípio o usuário chega ao equipamento e nos apresenta uma solicitação da VEMPA para que este seja acompanhado por nossa equipe. Em seguida é realizado o acolhimento do agressor, que pode ser feito tanto pela Assistente Social, quanto pela Psicóloga, que depois marca o atendimento social (realizado pela Assistente Social). Após passar por este atendimento, a Assistente Social marcará o atendimento psicológico que será finalizado após alguns encontros. O acompanhamento será concluído com a participação conjunta dos usuários na palestra educativa referente ao tema “Violência doméstica, apresentada pelos técnicos deste equipamento.” (Psicóloga 2)

Conforme as técnicas o atendimento ao autor de agressão, dá-se início quando o usuário chega ao CREAS apresentando uma carta de apresentação da Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas – VEMPA de Aracaju, posteriormente é realizado o acolhimento pelo psicólogo ou assistente social, que colhe os dados de identificação e ouve uma breve descrição do fato ocorrido que o levou a estar necessitando dos serviços da instituição. O atendimento social é realizado exclusivamente por um profissional de serviço social, que através de uma escuta qualificada, entrevista o usuário sobre as condições socioeconômica familiar e a respeito da situação de violência vivenciada, nesse momento se é marcado o atendimento psicológico. No atendimento psicológico é realizada a anamnese, na qual o profissional de psicologia trabalha a história de vida do agressor. Por fim, tem a

palestra educativa sobre a violência doméstica com a participação dos autores de agressão e equipe técnica do CREAS Maria Pureza. Nesse momento os usuários recebem uma declaração de conclusão do atendimento.

Sobre as contribuições que o CREAS Maria Pureza oferece aos usuários autores de violência contra a mulher, as profissionais apresentaram as seguintes representações:

“O CREAS através dos atendimentos psicológico e social busca conhecer a história de vida do autor de agressão, proporcionando a este uma análise crítica da situação vivenciada, com intuito de fornecer uma reflexão que venha buscar a superação da problemática. Vale ressaltar que o trabalho desenvolvido com o autor de agressão tem por base não o trabalho do profissional para o autor e sim o trabalho do profissional do CREAS com o autor de agressão, existindo nesse aspecto troca de informações e conhecimentos.” (Assistente Social 1)

“Como o nosso acompanhamento possibilita uma escuta ao agressor, o mesmo sente-se acolhido e a vontade para colocar suas angústias e o que o levou a cometer tal violência. Por meio de nossa orientação, o autor de agressão pode refletir sobre seus atos, as motivações e as consequências deste para sua vida e para a vida do outro. É óbvio que não temos como garantir que o comportamento agressivo não irá se repetir, mas certamente o faremos pensar muito antes de cometer qualquer ato de violência. Se percebermos que o usuário apresenta necessidade de um acompanhamento mais aprofundado, o encaminhamos para um tratamento psicoterápico.” (Psicóloga 2)

Podemos constatar que o atendimento psicossocial ao autor de agressão realizado pelo CREAS Maria Pureza, na visão das técnicas, proporciona a esses usuários uma reflexão sobre a Lei Maria da Penha, as relações de gênero e o ato de violência cometido, onde os mesmos têm a oportunidade de analisar e perceber as consequências negativas da sua atitude.

Através da escuta e orientação qualificada dos técnicos do CREAS Maria Pureza, há uma troca de informações e conhecimentos com o usuário, onde ambos buscam criar alternativas para solucionar os conflitos relacionais, que não seja a agressão.

Considerando, que o CREAS Maria Pureza desenvolve os serviços de atendimento psicossocial ao autor de agressão de forma recente, questionamos aos profissionais sobre os avanços e barreiras para a qualidade dos serviços e atendimento a esses usuários da instituição:

“No que se refere aos avanços para a qualidade, acredito que a equipe anterior tenha conseguido, pois o serviço era novo e não tinha nenhuma referência a seguir. Quanto à barreira, a principal que observo é o espaço físico para o atendimento.” (Assistente Social 2)

“Avanços: Os usuários saem esclarecidos da Lei Maria da Penha e entendidos que a lei é para todos e que agredir não é solução e sim

problemas. Barreiras: Os usuários na maioria das vezes não se aceitam como agressor e preferem negar a agressão.” (Psicóloga 1)

O atendimento ao autor de agressão, realizado no CREAS Maria Pureza, é algo previsto no Art. 35 da Lei Maria da Penha, que define que: a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Como no estado de Sergipe não há centros de reeducação para os agressores de violência doméstica, estes quando são encaminhados pela justiça a estes serviços são direcionados a rede de assistência social, que os conduzem para alguma instituição que prestem tal atendimento. No caso de Aracaju, desde 2009, esse serviço é prestado pelo CREAS Maria Pureza, que de forma recente vem aperfeiçoando o atendimento a esse novo público alvo.

É importante que a reeducação proposta pelo CREAS Maria Pureza não seja visualizada como uma repetição da pena, ou como, a extensão da pena já cumprida. Por isso, é necessário que a justiça esteja integrada com o sistema de atendimento ao autor de agressão contra a mulher para que maiores avanços sejam visualizados no cotidiano da instituição.

Nota-se que, o não reconhecimento do usuário como agente envolvido na situação de violência impede muitas vezes a percepção das diferentes formas de violência e como silenciosamente ele pode ter cometido um ato violento. O possível reconhecimento dos usuários facilita o atendimento e aumenta a possibilidade dos mesmos se reconhecerem como ex-agressores.

A equipe do CREAS Maria Pureza é uma equipe multiprofissional, que conta com a presença de psicólogos e assistentes sociais, por isso perguntamos as profissionais sobre a realização, ou não, do trabalho interdisciplinar entre os profissionais no atendimento ao autor de agressão, e como, em caso positivo é realizado esse atendimento. Elas relataram que:

“O trabalho realizado é multidisciplinar, tem o momento do assistente social e do psicólogo.” (Assistente Social 1)

“Sim através de atendimento com Psicóloga e Assistente Social, onde ambos têm o intuito de quebrar as ações de violência do indivíduo, tornando-o consciente dos seus deveres e direitos. (Psicóloga1)

De acordo com as falas das técnicas, percebemos divergências nas respostas sobre a presença do trabalho interdisciplinar. Com isso destacamos a conceituação de interdisciplinaridade exposta por Severino (1995, p. 12), “[...] diz respeito, fundamentalmente, a uma tentativa unidade do Saber, esteja ele posto em ação no ensino, na pesquisa ou na

prática social.” Como sugere o autor, a interdisciplinaridade visa à unidade entre o saber, ou seja, a unificação dos saberes onde as diferentes áreas articulam os seus conhecimentos, a fim de alcançar um resultado.

Entre as respostas, uma profissional classificou o trabalho realizado como multidisciplinar, onde os atendimentos realizados pela assistente social e psicóloga ocorrem em momentos distintos. Compreendendo-se assim, que não há uma interlocução entre os técnicos durante o atendimento.

Tendo em vista que a violência doméstica encontra explicações em diferentes ramos das ciências, o trabalho interdisciplinar deve estar presente nas ações profissionais, através de uma interação entre as profissões. É importante ressaltar que a interdisciplinaridade, não equipara os profissionais, e sim respeita a identidade profissional e propõe a integração do conhecimento.

Sobre que sugestões as profissionais apresentam para melhoria das ações vinculadas ao combate à violência doméstica, destacaram que:

“Realização de palestras com a sociedade civil, mostrando o que vem a ser violência doméstica e familiar, como combater tal situação. Outra sugestão é a realização de stands no centro da cidade, no shopping, com intuito de mostrar as pessoas como procurar ajuda, divulgando a Lei Maria da Penha e os locais de realização de denúncias.” (Assistente Social 1)

“Faz-se importante um maior investimento na conscientização da população acerca de violência doméstica, mostrando as consequências para quem pratica o ato e outros meios de se resolver problemas familiares sem que haja violência. Para isso, tem-se que haver uma maior parceria com os meios de comunicação de massa.” (Psicóloga 2)

Diante do que foi colocado pelas profissionais, percebemos a proposta de uma maior divulgação da Lei Maria da Penha, onde através dessa divulgação as pessoas percebam, o que a violência pode implicar na vida do agressor e da vítima. Evidenciando que, para o enfrentamento à violência contra a mulher sejam desenvolvidas ações preventivas.

Mesmo com a Lei Maria da Penha e o Plano de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher é necessária a ampliação e consolidação de ações afirmativas que mostrem as famílias e a sociedade em geral como a violência traz implicações que degradam o convívio familiar e afetam toda sociedade, sendo o diálogo uma saída para resolução desses problemas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através das representações dos técnicos do CREAS Maria Pureza, podemos constatar que esse atendimento ao autor de agressão é o início de ações que se comprometem na busca pelo fim da violência e nas novas relações que se estabelecerão pelo usuário na sua vida cotidiana e o fim da reincidência nas relações afetivas fragilizadas.

A violência contra a mulher é algo que atinge além dos envolvidos, toda a família. Por isso é necessário, que além das punições ao autor de agressão, os protagonistas da situação de violência tenham acesso a atendimento psicossocial para que os mesmos superem a situação e possam reconstruir as suas vidas. A recuperação, ressocialização e reeducação ao autor de agressão é indispensável para uma reconstrução das relações sociais do indivíduo, esse processo não substitui a punição do agressor, e não tem essa função, mas a partir desse momento de reeducação o usuário tem a possibilidade de desconstruir a estigmatização sobre a mulher e visualizar o quanto a violência é prejudicial a sua vida.

Contudo, através da pesquisa foi possível visualizar que o CREAS Maria Pureza tem relevância no processo de reeducação dos seus usuários, que recebe um atendimento especializado para os mesmos enfrentarem essa situação como cidadão de deveres, mas também de direitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Delumará, 1994.

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.49, p. 87-98. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142003000300006. Acesso em 14 jan. de 2010.

BORIN, Thaisa Belloube. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas**. Ribeirão Preto: USP, 2007. 136 p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Ribeirão Preto, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Lei nº 11. 340, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/ato2004-2006/2006/lei/111340.html>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

*Cartilha Lei Maria da Penha*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. Brasília, 2007

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: \_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. 3.ed. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: PAZ & TERRA, 2001, v.2, p.169- 204.

FALEIROS, Vicente de Paula. A Questão da Violência In: **Educando para os Direitos Humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na Universidade**. Brasília: Síntese, 2004

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. São Paulo, Ed. Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. 61- 107 p.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MINAYO, M. C. de S. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. In: MINAYO, M. C. de S.; GOMES, S. F. D. R. G. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 26. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007, p. 61-78.

NETO, Maria Inacia d' Ávila. **O autoritarismo e a mulher: jogo da dominação macho-fêmea no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artes e Contos, 1994.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas/ Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres et al.- 3. ed.-7. Reimpr.- São Paulo: Atlas, 2007.**

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Serviço social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos a prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 2007. 175 p.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 2008.

VINAGRE, Marlise Silva. **Violência contra a mulher: Quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Grupo de Pesquisa: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero. E-mail: cmilamonteiro@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora do DSS/UFS. Grupo de Pesquisa: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero E-mail: helenacruz@uol.com.br

---

<sup>3</sup> Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. (MINAYO, 2007, p. 64)

<sup>4</sup> Também constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. (GIL, 2008, p.94)